

O sentido do trabalho científico

*Jefferson Bruno Corona**
*Keiza da Conceição Nunes***
*Vanderlei Cardoso da Rocha****

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de apresentar o sentido do trabalho científico a relação ser humano e natureza como processo fundamental para constituição do saber, que se desenvolveu ao longo da história tomando formas variadas: uma delas é o conhecimento científico. Paralelamente, abordaremos a relação complexa entre sujeito e objeto, e trataremos a ciência e o mito, apresentando suas afinidades e diferenças que os aproximam e os distanciam. Encerramos abordando a relação entre o saber e o poder e como esta se encontra presente em muitos momentos da nossa vida, começando pelas instituições disciplinares.

Palavras chaves: Trabalho Científico; Ciência; Mito e Poder.

ABSTRACT: This paper present the meaning of scientific work, the relationship between human beings and nature as a fundamental process for the constitution of knowledge that has developed throughout history taking various forms: one of them is scientific knowledge. In parallel, we discuss the complex relationship between subject and object, and treat science and myth, presenting their affinities and differences that approach and distancing. We close attention to the relationship between knowledge and power and how it is present in many moments of our lives, starting with the disciplinary institutions.

Keywords: Scientific Work; Science; Myth and Power.

Os Parâmetros do Conhecimento Científico

O ser humano, em seu processo de existência, necessita produzir conhecimentos sobre a natureza. E isso só se dá porque ele possui certas estruturas que possibilitam tal empreitada; conforme assinalam Barros e Lehfeld (2001, p. 29), é através dos processos cognitivos que ele consegue efetivar o encontro entre os mundos interior e exterior; entre as realidades subjetiva e objetiva: o que constitui uma característica integrante da natureza humana. Desta forma, o conhecimento pode ser definido como “a manifestação da consciência-de-conhecer” (p.30); definição tal que

* Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

** Mestre em Serviço Social pela PUC.

*** Mestre em Serviço Social pela PUC.

implica que o conhecimento só exista quando o sujeito ultrapassa o dado vivido, *explicando-o*.

Relaciona-se com a natureza entrando em contato com seus fenômenos físicos, químicos, biológicos – entre outros –, que irão atingi-lo direta e indiretamente, provocando-lhe sensações: frio, calor, fome, dor, prazer, etc. As relações entre sensação, percepção e conhecimento ocorrem por via dos já mencionados processos cognitivos – a partir disso, então, o saber constitui-se; saber este que pode ser compreendido como um fator essencial e indubitável na vida do homem e que ocorre independente de elementos de raça, crença e cultura de um modo geral.

A busca do saber remota aos primórdios da existência humana. Com a passagem das épocas primitivas para a Antiguidade, o homem, porém, ampliou os limites do seu conhecimento, substituindo as explicações de teor mitológico pelas filosóficas. Mais tarde, surgirá e ganhará importância nas sociedades um conhecimento qualitativamente diferente dos citados anteriormente: o conhecimento de tipo científico. Deve-se ressaltar, contudo, que os diversos tipos de conhecimento coexistem em sociedades contemporâneas: em algumas culturas, o conhecimento científico possui maior legitimidade; em outras, tal papel é ocupado pelo conhecimento religioso – tais diferenças não podem ser concebidas como socialmente hierarquizadas.

Barros e Lehfeld (2001, p. 32-37) identificam quatro tipos básicos de conhecimento: (a) o conhecimento sensível, considerado o conhecimento do senso comum, baseado na experiência cotidiana; (b) o conhecimento filosófico, fonte de todas as demais áreas do conhecimento humano, conjunto de causas e princípios norteadores de todo pensar; (c) o conhecimento teológico, baseado na fé, que deriva suas fontes de livros sagrados; além, é claro, do (d) conhecimento científico, que é o que permite que o ser humano enuncie afirmações sobre determinadas relações existentes entre certos fenômenos na realidade a partir da reflexão estratégica, baseada num método delimitado, e que deve ser passível de refutação para possuir *status* de cientificidade.

Nesse sentido, o conhecimento científico diferencia-se dos demais pelo seu caráter refutável e pela necessidade do estabelecimento de uma metodologia para legitimá-lo. Popper (1985, p. 42), uma das grandes vozes da Filosofia da Ciência, sobre os princípios norteadores da ciência, descreve:

[...] Só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico.

Especialmente nas ciências humanas, as relações sujeito-objeto ocorrem de maneira bastante complexa, pois seu objeto de pesquisa – o ser humano em suas múltiplas manifestações – é dinâmico, inquieto e singular. De acordo com Minayo (1993), o objeto das ciências sociais possui *consciência histórica*. O que significa que não é somente o investigador quem confere sentido ao trabalho, mas os seres humanos enquanto individualidades, enquanto grupos, sociedades, etc. Outro aspecto importante é a identidade existente entre o investigador e o objeto, se considerarmos que o próprio pesquisador não escapa da teia de relações estabelecida por seu lugar em uma classe, uma etnia ou uma cultura – elementos que caracterizam a identidade do pesquisador: o que pode resultar numa relação de comprometimento e solidariedade para com seus objetos de pesquisa.

Há certa imprecisão no imaginário popular envolvendo a ciência e a técnica. Muitas vezes, não é possível distinguir uma da outra. Granger (1994) resgata diversos acontecimentos do mundo contemporâneo, relacionados aos chamados avanços científicos, como a invenção do transistor (1948) e a descoberta dos antibióticos (1928), entre outros, para pensar tal problemática. Todos esses avanços fazem com que as pessoas estejam impregnadas de *produtos* do pensamento científico em seus cotidianos. O autor afirma que a ciência toca a vida corriqueira das pessoas através da técnica, e que, por isso, torna-se grande o risco de alguma coletividade confunda a ciência propriamente dita e com a técnica: o que, segundo Granger, contribui para a vulgarização da ideia de ciência. Outras condições, igualmente, contribuem para similar vulgarização, como: a acessibilidade das obras científicas por um público sem grande formação – dos chamados jornalistas científicos, que se comportam como vetores do pensamento científico; a aproximação da ciência com a magia (por exemplo, quando há

a aceitação sem crítica de narrativas de discos voadores ou de fenômenos paranormais); entre outras coisas.

Ainda de acordo com o autor, a vulgarização da ideia de ciência pode induzir a atitudes perversas, uma vez que contribui, necessariamente, para que fatos sejam mal explicados ou observados sem raciocínio crítico, o que pode conduzir tanto ao bem ou quanto ao mal, revelando a forte relação existente entre ciência e poder. Sendo assim, torna-se fundamental uma visão ampla na análise dos feitos científicos, como orienta as palavras de René Thom (*apud* Granger, 1994, p. 18-19)

É cientificamente culto aquele que, diante da notícia de um sucesso científico recente, é capaz de avaliar a sua amplitude real e de descontar a parte do exagero demasiado frequente com o qual os periódicos de vulgarização (e às vezes até as publicações científicas) anunciam a importância de uma descoberta.

A Ciência como mito

Ao abordar tal tema, se torna imprescindível fazermos uma explanação à cerca dos conceitos de Ciência e de Mito, mesmo sabendo dos diversos significados que os mesmos abrangem. Cabe-nos, aqui, nos aproximar do que mais se adequar as nossas pretensões. Para tanto, o conceito de ciência que utilizaremos refere-se a uma organização de conhecimentos através de um método científico constituído pela observação sistemática e pela experimentação em torno de certos fatos. Em relação ao mito, sua definição correta refere-se a um conhecimento que não se configura como lógico, discursivo, e que não se expressa pela razão, mas que se trata de um conhecimento intuído, isto é, percebido de maneira espontânea, sem necessidades de provas. O mito é uma maneira pela qual o homem se situa no mundo e que não tem suas raízes nas explicações racionais, mas na realidade vivida, portanto, pré-reflexiva. O mito pode ter muitas funções, mas cabe aqui destacar pelo menos quatro delas que possuem maior relevância: a primeira é a função mítica; a segunda é função cosmológica (a dimensão a qual a ciência se ocupa); a terceira é a sociológica (suporte e validação de determinada ordem social) e a quarta é função pedagógica. No presente trabalho, o significado do conceito de mito será sinônimo de algo falso que foi teorizado

para se impor como verdade, e que, assumindo tal contorno, passou a ser ensinado e assimilado, até que pudesse exercer, assim, alguma função sociológica.

Antes de tratamos da ciência como mito cabe que verifiquemos as proximidades entre ambos. Podemos pensar que o primeiro fator que os aproxima seria a concepção de que a Ciência tenha surgido a partir do Mito. Porém, no momento em que surge uma nova forma de compreensão do mundo, que separa o pensamento e a ação – ou seja, que retira dele o caráter de sobrenaturalidade –, surgem a filosofia, a técnica, a religião e a ciência propriamente dita. Portanto, a ciência e o mito são expressões de uma mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor.

Contudo, assim como existem semelhanças, há também, evidentemente, diferenças consideráveis, dentre as quais se destaca o fato de que o mito é desprovido de problematização, ou seja, que não coloca um problema que pode ser refutado.

A objetividade científica é a propriedade das teorias científicas de estabelecerem afirmações precisas que podem ser testadas experimentalmente independentemente dos cientistas que as propuseram. E para ser considerada objetiva, uma teoria, hipótese, asserção ou proposição deve ser capaz de ser transmitida de uma pessoa para outra, de ser demonstrável e representar um avanço no entendimento do mundo real. A objetividade comporta também outros elementos normativos – modelos metodológicos, formulações de princípios e estabelecimentos de resultados – que estão implícitos em uma determinada teoria. Estes elementos direcionam os eixos de progressão construídos por processos de autocontrole de variáveis e quanto a invenção de novos critérios na aquisição de conhecimento.

No sentido epistemológico, a objetividade científica é a tentativa de formar uma Ciência isenta de subjetividade e de dados apreendidos pelos sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato) que chegam à sensibilidade. Outro elemento importante da epistemologia, aplicada a ciência, é o questionamento do objeto científico: o que significa que os cientistas vão do racional ao real e não o contrário, ou seja, que o ponto de vista é o que determina e cria o objeto. Assim, no campo epistemológico, podemos facilmente encontrar casos exemplares em que as categorias *visuais-verbais*, que autorizam a “metafísica substancialista”, conduzem a erros de conhecimento, em que se

torna patente a realização de uma espécie de psicanálise no interior do próprio movimento científico.

Ressaltamos que a “objetividade absoluta” não existe; o que existe é uma “objetividade aproximada” – a primeira não passa de um ideal que nenhum sujeito pode alcançar. Porém, há critérios de objetivação que visam assegurar certa aproximação com a realidade. Mencionemos alguns, de acordo com JAPIASSU (1975, p. 44):

(a) treinamento com a ajuda da psicanálise e da sociologia do conhecimento, para a produção objetivada do conhecimento; a psicanálise do saber objetivo (no sentido bachelardiano) consiste no esforço de luta contra as ideologias; (b) revelação sincera dos valores pelos quais se luta e que formam o pano de fundo ou o ponto de partida da pesquisa; (c) a crítica mútua como parâmetro de cientificidade.

Nesse sentido, a objetivação garante à ciência um embasamento teórico e metodológico com a definição de seus instrumentos conceituais, colocando a necessidade de comprovação concreta do que é dito científico; o que significa, portanto, que toda a verdade produzida pela ciência deve ser comprovada por meios de experiências, dando aos a ciência e aos cientistas um valor de natureza ideológica, com duplo processo de objetivação: o do produto e do agente. E é a objetivação que garante o mito da neutralidade que trataremos a seguir.

Mesmo tentando manter-se afastada do mito e de suas características, a ciência possui vários mitos, como o *Mito do Progresso* – o entendimento de que os desenvolvimentos da ciência e da técnica são os únicos que poderão conduzir a humanidade a um estado superior de perfeição, encarando o cientista como alguém acima dos interesses particulares, unicamente devotado ao saber pelo saber; o *Mito da Tecnocracia* – segundo o qual a resolução dos problemas da humanidade depende da confiança no poder de especialistas nas diversas áreas do conhecimento técnicos e científicos; etc. Falamos, também, de outras duas classes de mitos científicos, que serão focados neste trabalho, e que são, na verdade, os dois mitos que a ciência mais se serve: o primeiro refere-se ao *Mito da Cientificidade* – que é a crença na ciência como única interpretação válida real (que também pode ser chamado de cientificismo) –; o segundo diz respeito ao *Mito da Neutralidade Científica*, que se baseia no pressuposto de que a objetividade da ciência basta para suspender a subjetividade dos cientistas – como se o cientista não possuísse intencionalidade própria e não influísse, de maneira alguma, em

nenhum dos processos de construção de conhecimento cientificamente válido. Cabe ainda ressaltar, antes de especificar o alcance de cada um dos dois mitos, que todo mito “é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento. Este é um dos resultados engraçados (e trágicos) da ciência”. (ALVES, 1993, p.11).

O mito da cientificidade surgiu no momento em que o filósofo Augusto Comte fundou o positivismo e proscreeu todas as formas religiosas e míticas, criando, assim, a oposição entre mito e razão, e, ao mesmo tempo, inferiorizando o mito como tentativa fracassada ou desqualificada de explicação da realidade. Com o positivismo, além do mito, a possibilidade de se pensar de alguma outra forma, que não envolvesse diretamente a medida e a experiência, também foi ignorada. Ironicamente, com uma única visão da realidade cria-se o mito da cientificidade, a crença na ciência como salvadora, como o único saber possível; o que faz com que sejam reduzidas as nossas interpretações do real. Esclarecendo melhor, o mito da neutralidade científica diz sobre uma noção hegemônica que estabelece que a ciência deve ser imparcial (ou neutra) e que, desta forma, o cientista seja visto como um sujeito que deve assumir uma postura nula diante de seus pré-conceitos e condicionamentos históricos para fins de produzir o melhor conhecimento possível.

Este mito é facilmente desmistificado, uma vez que, se verificarmos o método científico, irá confirmar que desde a escolha do que se vai estudar, o cientista já se encontra influenciado por aspectos de cunho pessoal: interesses políticos, sociais e econômicos.

Após a escolha do objeto a ser investigado, ele entra na etapa da observação dos fatos. Mas seria enganoso pensar que os cientistas apenas observam os fatos: os fatos, além de observados, precisam ser interpretados – e é aí que eventualmente aparecem, novamente, suas concepções políticas, religiosas e filosóficas; isto pode ocorrer de forma inconsciente ou consciente (como ocorreu com todos os cientistas nazistas que "provaram" que o Ariano era a raça superior).

Por estas razões, a ciência não é tão neutra quanto acreditam que seja, visto que em varias etapas do seu método são verificados pré-noções e pré-conceitos. E vale também ressaltar que a ciência tem sido *a ciência de uma classe*, pois o mito da

neutralidade científica tem historicamente servido à manutenção do poder de uma classe social sobre outra.

Após esta explanação acerca do Mito e da Ciência, observamos que os dois são criações do homem para explicar e compreender o mundo que nos rodeia e buscar significados para certos fatos e fenômenos. Desta forma, tanto os mitos, como a ciência, tem a mesma origem, mas se estruturam de formas diferentes: “o místico crê num Deus desconhecido. O pensador e os cientistas crêem numa ordem desconhecida. É difícil dizer qual deles sobrepuja o outro em sua devoção não racional”. (L. L. Whyte, apud ALVES).

Enfim, contrariando a perspectiva de muitos cientistas, precisamos dar ao mito um lugar de importância como forma fundamental de todo viver humano, pois ele é a primeira leitura do mundo, e o advento de outras abordagens do real não expulsa do homem a raiz de sua inteligibilidade, isto é, o mito (ponto de partida de compreensão do ser). Visto que “as categorias mais fundamentais do pensamento e, conseqüentemente, da ciência tem sua origem na religião” (DURKHEIM apud ALVES, 1993).

Problema da ciência e poder

Saber – soma de conhecimentos; erudição; cultura; experiência; prudência; sensatez; (filos.) Conjunto coerente de conhecimentos adquiridos em contato com a realidade ou pelo estudo (LAROUSSE, 1998, p. 5172).

Poder – Faculdade, capacidade de produzir determinados efeitos; direito de deliberar, agir e mandar. Vigor potência. Domínio, influência, força. (...) autoridade, soberania, poderio. (LAROUSSE, 1998, p. 4661).

A relação entre saber e poder está presente em todos os momentos de nossa vida, começando pelas instituições disciplinares: família, escola, igreja e também pela instituição sociedade.

É no núcleo familiar que verificamos mais primitivamente o que é ser dominado por alguém: é pelo poder exercido pelos próprios pais ou responsáveis, às vezes inconscientemente, que se faz estabelecer a relação de poder com o saber. Por

serem os pais adultos, a criança imagina que os mesmos sabem o que fazem e por isso fazem o certo, que possuem a verdade absoluta. Na escola, a criança estende este conceito ao professor, atribuindo a ele o poder por julgá-lo dono absoluto de um saber. Durante muito tempo a igreja exerceu uma força semelhante, um poder simbólico muito intenso sobre a sociedade.

Em seu livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1977) relata que o “poder soberano” é maquiado e substituído pelo “poder disciplinar”, mais sutil e que implica numa violência mais simbólica do que física. Ele define como objetivo básico de tal poder o adestramento. Adestrar os indivíduos para se apropriar mais e melhor de suas individualidades. O “poder disciplinar” exerce um controle específico sobre os corpos, com o objetivo de torná-los submissos.

Para Foucault (1977), o poder é algo que circula pelo social e não permanece em um único espaço. Consiste em uma constante relação de forças que se conflagra pelo movimento contrário a força primeiramente exercida – pois onde há poder, há resistências.

Nas sociedades medievais, o que prevalecia era o poder soberano (de tortura, morte); nas sociedades modernas surge o “poder disciplinar”, mais eficaz por ser mais sutil; exerce um controle sobre o tempo, a ideologia, etc. Seu objetivo era e é aumentar o número de indivíduos produzindo em suas vidas laborais para elevar a quantidade de riqueza para o Estado.

Como nos afirma Vera Portocarrero (1987), em seu resumo sobre o pensamento de, Foucault (*apud* Huhne, 1987, p. 236):

Nas sociedades capitalistas, o poder não é negativo, ele não é puramente repressivo; ao contrário, possui uma eficácia produtiva, uma positividade; o poder gera saberes. [...] O que lhe interessa é gerir a vida dos homens tornando-os mais dócil possível, do ponto de vista político, e o mais produtivo possível, do ponto de vista econômico.

Possibilitando-nos, assim, uma análise do que ocorreu e continua ocorrendo em nossa sociedade, cujo poder continua centralizado nas mãos de uma pequena parte de indivíduos que se utilizam de instituições e organismos para manipular, persuadir e

neutralizar a grande massa para a manutenção de mecanismos que impossibilitem a sua ascensão social.

Foucault (1993), no livro *Microfísica do Poder* (1993, p. 8), diz que:

[...] a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local –, mas instauraram o que se poderia chamar uma nova "economia" do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo continua ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social.

O que podemos verificar na sociedade é que países de “primeiro mundo”, como os EUA, através da globalização, exercem um poder do tipo dominador, bloqueando o acesso ao desenvolvimento dos países de “terceiro mundo”, aumentando as mazelas existentes no mundo de forma geral.

Hoje em dia, o exercício do poder, para ser credível e aceitável precisa de se basear em conhecimentos científicos; não se visualiza uma sociedade moderna sem seus administradores da ciência e de investigação científica e nem a operação de grandes empresas sem a infraestrutura de natureza científica e tecnológica.

30

As relações da ciência com o poder são, pois, constitutivas, instrumentais, temporais, histórica, ou seja, “não há verdade absoluta no domínio da ciência” (Huhne, 1987, p.224). Na realidade, a ciência expandiu-se grandemente no mundo moderno e os poderes, para se exercerem, tem de saber ajustar-se aos conhecimentos científicos.

A ciência tem sido bastante útil para resolver indagações de fenômenos da natureza e do mundo social humano e também para solucionar diferentes problemas em muitas outras áreas. Porém, o mundo em que vivemos é desigual no que diz respeito à satisfação de necessidades da vida humana e, por isso, há uma grande expectativa em relação à contribuição que a pesquisa científica e seus resultados possam trazer para mudança e melhoria dessa situação.

Com isso, falar de compromisso social da ciência e do cientista é falar de melhoria para a vida humana. Como por exemplo, encontrar respostas às inquietudes humanas e as tentativas de soluções de problemas relacionados ao tratamento de doenças; ou ainda permitir certos confortos como a televisão, telefone ou internet.

Falar do compromisso social é também pensar sobre os limites para o uso do conhecimento científico, pois este é potencialmente produtor de resultados sociais benéficos à população; o inverso também é verdadeiro quando ele encontra limitações éticas e seu uso pode produzir resultados catastróficos – como, por exemplo, fabricações de armas letais não existiriam sem a participação de cientistas.

Percebemos, no entanto, que a desigualdade econômica entre países já pode ser relacionada à desigualdade de desenvolvimento científico, tanto em seus aspectos negativos quanto ou positivos. Países mais ricos têm suas doenças causadas por excesso de ciência: o medo pela bomba atômica; poluição e o lixo (consequências do consumismo).

O conhecimento científico sozinho é trivial. O que a sociedade quer é uma vida melhor para os seres vivos, para todos em geral. “A ciência, sem compromisso social, pode servir a poucos em seus benefícios e a muitos em seus malefícios” (FALCÃO, 2010, p.01).

O papel do pesquisador no processo de socialização do saber científico:

Parece-me que o que deve se levar em consideração no intelectual não é, portanto, “o portador de valores universais”, ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdades em nossa sociedade.

Foucault (1993, p. 11) coloca a questão do papel do intelectual na sociedade como sendo uma espécie de produtor das “verdades”: discursos vindos de uma classe burguesa a serviço do capitalismo, que persuadem uma sociedade alienada pelo domínio surgido de uma condição de vida estruturada que dão total respaldo para o exercício de vertical de poder.

Cabe ao pesquisador divulgar o conhecimento para a sociedade, pois existe uma defasagem entre a sociedade e a comunidade científica, e assim atender a demanda social e ajudar o homem comum a superar seu medo em relação à ciência. O avanço da produção do conhecimento científico e tecnológico tem como implicação a especialização do saber científico e, ao mesmo tempo, crescimento da ignorância, *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 11, 1º sem. 2013.

umentando a distância entre a sociedade e a ciência. Este tipo de conhecimento é essencial de qualquer sociedade.

Aliado a socialização do saber está o direito à informação. Acreditando nisso, em 2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) criou a *Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social* com o objetivo de implementar programas de ciência e tecnologia para ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, a fim de que as desigualdades sociais sejam diminuídas.

A socialização do saber científico é um processo de inserção social que colabora no esclarecimento da população sobre os avanços da ciência e da tecnologia, fornecendo recursos para a formação da consciência crítica e, ainda, contribui para expansão do conhecimento além dos centros de pesquisa, promovendo maior interação entre pesquisadores e a sociedade.

Portanto, os pesquisadores científicos têm a obrigação social de tornar público o conhecimento produzido e conscientizar o cidadão sobre a importância em adquirir conhecimento científico para que este não venha a ser alienado pelos detentores do saber.

Considerações Finais

Em vista de tudo o que foi explanado, podemos concluir dizendo que o saber científico é parte integrante da necessidade e curiosidade humana. Ao longo de sua história, o homem buscou diversas formas de conhecimento para a evolução de si mesmo e da sociedade em que esteve inserido.

Tivemos a oportunidade de destrinchar conceitos que nos esclareceram a diferenças e até semelhanças entre a ciência e o mito. Para tanto, o conceito de ciência deste trabalho fez referência a uma organização de conhecimento através de um método científico constituído pela observação sistematizada e pela experiência junto aos fatos. Em relação ao mito, sua definição correta refere-se a um conhecimento que não é lógico, discursivo, expresso pela razão, mas um conhecimento intuído, isto é, percebido de maneira espontânea, sem necessidades de provas. Entretanto, tanto a ciência como o

mito são expressões da mesma necessidade básica, de compreender o mundo, a fim de viver melhor.

Em relação à complexidade da relação entre saber e poder observamos que suas semelhanças e diferenças são, pois, constitutivas, instrumentais, temporais, histórica, ou seja, que “não há verdade absoluta no domínio da ciência”. Na realidade, a ciência expandiu-se assustadoramente no mundo moderno e o poder, para se exercido, tem de saber utilizar conhecimentos científicos.

O conhecimento científico é uma conquista recente da humanidade, pois tem apenas trezentos anos. Ele transformou-se numa prática constante, procurando afastar crenças supersticiosas, através de métodos rigorosos, para produzir um conhecimento sistemático, preciso e objetivo que garanta a possibilidade de prever acontecimentos, agindo de forma mais segura e relevante para a sociedade considerada como um todo.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência; introdução ao jogo e suas regras*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ARANHA, Maria Lucia de A. & MARTINS, Maria Helena. P. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de Metodologia: Um guia para a Iniciação Científica*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2001.
- CAMPBELL, J. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- FALCÃO, Eliane Brígida M. e CERQUEIRA, Rui. “A formação científica e a desativação do interesse pelo outro: a responsabilidade da Universidade”. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br/imprimir.jsp?id=18502>. Acesso em 28/abr/10.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- HÜHNE, Leda Miranda (org.). *Metodologia científica: caderno de textos e técnicas*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Agir, 1995.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LAROUSSE – *Grande enciclopédia cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>. Acesso em 04/mai/10.

NASCIMENTO, Carlos Arthur do. *A atualidade do mito*. São Paulo: Duas Cidade, 1977.

POPPER, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1985.

SAVIANI, D. “A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação”. In: BIANCHETTI, Lucídio et al (orgs.). *A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

http://outrolado.com.br/Artigos/mito_e_ciencia. Acessado em: 01/04/2010 às 14:37.

<http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/2217384>. Acessado: 27/04/2010 às 16:00.

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/objbachelard.pdf>. Acessado em: 22/04/2010 às 14:13.

<http://www.pg.utfpr.edu.br/depog/periodicos/index.php/rbect/article/viewFile/224/197>
Acessado em: 25/04/2010 às 11:00.